



CDES

Conselho de Desenvolvimento
Econômico e Social

Diálogo para o **Desenvolvimento**



Produtividade e competividade

Conselheiro-coordenador:

Sergio Paulo Gallindo

Presidente-executivo da Brasscom

PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

- 1) **Estimular a produção e difusão de ciência, tecnologia e inovação por meio de políticas de Estado que incluam:**
 - **aperfeiçoamento da Lei do Bem (com a inserção de pequenas e médias empresas, reintrodução da Política de Inclusão Digital, a efetividade na fruição dos créditos, e incorporação de direito autoral decorrente de P&D),**
 - **o aperfeiçoamento e a regulamentação do Código de CT&I, potencializando a colaboração universidade/empresa,**
 - **a massificação dos programas de extensão tecnológica,**
 - **o apoio ao empreendedorismo inovador,**
 - **o fomento aos meios de financiamento e ao capital de risco e**
 - **a agilização do sistema de reconhecimento de patentes**

PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

2) Formular e implementar políticas de Estado para o desenvolvimento de infraestruturas de logística, digital, de telecomunicações e de energia de fontes diversas, ampliando as condições fundamentais para alavancar a competitividade das cadeias produtivas, por meio de estímulo ao investimento, intensificação das concessões e parcerias público-privadas, bem como racionalização e integração da regulação e de processos de fiscalização aplicáveis

3) Modernizar a legislação trabalhista para adequar-se às mudanças no mundo do trabalho (por exemplo: formas de contratação, remuneração, jornada de trabalho e terceirização) e fortalecer a negociação coletiva, promovendo maior segurança jurídica nas relações de trabalho para trabalhadores e empregadores

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

**SUGESTÃO DO GT PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
AO GT AMBIENTE DE NEGÓCIOS:**

Priorizar reforma tributária estruturante

Ambiente de Negócios

Conselheiro-coordenador:
José Carlos Martins
Presidente da CBIC

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- 1) Sem aumentar a carga tributária, criar imediatamente IVA federal, a partir da junção de todos os tributos e contribuições federais sobre produção e consumo, sem se limitar ao PIS/Cofins, e, até o final de 2018, unificar tributos sobre o consumo (IVA federal, ICMS, ISS)**
- 2) Realizar um programa, com metas e prazos definidos, e ouvida a sociedade civil, voltado para reduzir a insegurança jurídica no país. O programa deve ter como objetivo, entre outros, garantir a não retroatividade de normas e atos do Poder Público, inclusive interpretativos, sobre contratos firmados em matéria tributária e regulatória. O programa deve incluir medidas legislativas, iniciativas junto ao Legislativo e ao Judiciário e a revisão sistêmica de atos do Poder Executivo - com destaque para normas e procedimentos administrativos**
- 3) Criar um sistema nacional informatizado de licenciamento unificado, estabelecer mecanismos de coordenação dos diferentes órgãos de licenciamentos e agrupar os processos por áreas de competências mais amplas ("guichê único"), com definição antecipada de critérios objetivos e aprovação por decurso de prazo**